

RECENSÕES / BOOK REVIEWS

ALMEIDA, Rogério Miranda de. *História da filosofia moderna*. Curitiba: FASBAMPRESS, 2021, 186 p.

Rogério Miranda de Almeida é professor de filosofia na FASBAM (Faculdade São Basílio Magno) e professor de teologia sistemática no Centro Universitário Claretiano (Curitiba). Seus principais temas de investigação são a história da filosofia antiga e medieval, com ênfase em Platão, Agostinho de Hipona, as relações entre fé e razão, fé e ciência; filosofia contemporânea, particularmente Schopenhauer e Nietzsche; filosofia e psicanálise e, mais precisamente, Freud, Lacan, a questão da linguagem, do sujeito e do desejo.

História da filosofia moderna é o seu mais recente livro, que ele apresenta a partir da problematização do conceito de “modernidade”. De acordo com o autor, este termo não tem um significado unívoco e, por isso mesmo, ele pode ser empregado em um sentido positivo para expressar, por exemplo, novas ideias e uma atitude livre, mas também em um sentido negativo: leviandade, apego à moda, às mudanças pelas mudanças etc. A obra em questão foi lançada em 2021 e está dividida em 5 capítulos por agrupamentos de filósofos, períodos, movimentos, temas e ideias.

No primeiro capítulo, Almeida analisa a vida intelectual do século XVII, a partir dos filósofos Bacon, Hobbes e Locke. Ele situa o leitor no cenário da época, marcada pela Reforma e a Contrarreforma, pelo absolutismo real e pelos conceitos de natureza, de homem natural e de *lei da natureza*, que serviram de base para o jusnaturalismo. O primeiro filósofo tratado neste primeiro capítulo é Francis Bacon, que utiliza como método a experiência ou a observação empírica da natureza. Sua obra mais conhecida é o *Novum Organum*, que trata do reinado do homem sobre a natureza e da “liberação dos fantasmas ilusórios dos ídolos, que são falsos conceitos adquiridos pela educação e pelo hábito”.

O segundo filósofo analisado neste primeiro capítulo é Thomas Hobbes. Sua obra gira em torno de uma ética da subjetividade e de um sujeito racional que aspira à liberdade. A metodologia de Hobbes é centrada sobre um espírito construtivo, de base indutiva, mas sem desprezar o plano dedutivo. Em sua obra principal, *Leviatã*, o filósofo aponta para

um sentido (*sense*) original no homem e associa o conhecimento empírico ao conhecimento racional pela “simbolização, a denominação, a designação, a significação ou os signos”. Hobbes explora também os conceitos de direito natural, de estado de guerra e de “pacto social”. O Estado (*Civitas*) é para ele um “corpo artificial” com um funcionamento semelhante ao do corpo humano. O *estado de natureza* levaria naturalmente a um estado de guerra, já que o homem viveria num constante conflito com os outros homens. Os homens se submeteram então a um poder moderador e abriram mão da sua liberdade plena em nome de um *Pacto Social*, origem do Estado “artificial”, comparado ao monstro marinho Leviatã.

Em seguida, Almeida apresenta a vida e a obra de John Locke: sua obra principal é o *Ensaio sobre o entendimento humano* e seu propósito é “indagar da origem, da certeza e da extensão do conhecimento humano, juntamente com os fundamentos e os graus de crença, opinião e anuência que nos caracterizam” (ALMEIDA, 2021, p. 34). Segundo Almeida, Locke se debruçou sobre a concordância ou discordância nas ideias dos homens em três modalidades: a identidade ou a diversidade, a relação (como maior e menor, igual e desigual) e a coexistência. As ideias, objeto do entendimento humano, se dividem em simples e complexas. Quanto ao conhecimento, ele se distingue em intuitivo e demonstrativo. Almeida analisa ainda a concepção política e a doutrina da tolerância religiosa de Locke, que também fala em pacto social, estabelecido entre o soberano e o súdito.

O segundo capítulo trata especificamente dos filósofos franceses do século XVII. Almeida destaca a necessidade de se entender a filosofia desse período a partir do pano de fundo religioso, isto é, a Reforma protestante na Alemanha, o anglicanismo e a Contrarreforma. Este século se caracteriza também pelo “método” e, mais precisamente, pelo “método moderno”. A primeira subdivisão deste capítulo é dedicada à vida, à obra e ao método de Descartes, ao passo que a segunda se debruça sobre a questão da ciência, da razão e da religião em Blaise Pascal.

Em seguida, o autor discorre sobre o filósofo Pierre Gassendi e sua “liberdade de filosofar” a partir da crítica que ele dirige aos ensinamentos aristotélicos que “corromperam a própria liberdade de expressão filosófica” (ALMEIDA, 2021, p. 64). A subdivisão seguinte trata da filosofia, do conhecimento e da teodiceia em Nicolas Malebranche.

O terceiro capítulo se propõe examinar os elementos essenciais que constituem o pensamento dos mestres do século XVII ao século XVIII: Spinoza, Leibniz, Berkeley e

Hume. A primeira subdivisão explora as principais ideias de Baruch Spinoza relativas a Deus, à natureza humana, à liberdade e à necessidade. Vem em seguida a questão das mônadas e da harmonia preestabelecida de Gottfried Wilhelm Leibniz, que defendia uma sistematização e reconstrução racional do saber a partir do cálculo. A próxima subdivisão apresenta George Berkeley e seus conceitos de imaterialismo e neoplatonismo. As últimas duas partes do capítulo tratam de David Hume e elas começam estudando a problemática da natureza humana e da teoria do conhecimento. Na última divisão do capítulo, Almeida analisa a moral humeana, que se centra sobre a religião, as qualidades mentais e o mérito pessoal do indivíduo.

A quarta unidade tem por título: *O deísmo, o século das luzes, a natureza e a moral*. Esta unidade se propõe examinar as correntes filosófico-teológicas do século XVIII na Inglaterra, na França e na Alemanha, incluindo a *filosofia da ilustração*. Na primeira subdivisão, Almeida discorre sobre o deísmo e a moral do sentimento a partir de quatro filósofos: Toland, Tindal, Shaftesbury e Hutcheson. A próxima subdivisão trata das teorias da natureza, da *Enciclopédia* e do pensamento de La Mettrie, Holbach, Helvétius e Maupertuis. A subdivisão seguinte trata dos filósofos franceses da *ilustração*: Bayle, Montesquieu e Voltaire. Na sequência, Almeida continua a exposição do *século das luzes* na França com Turgot, Condorcet e Condillac.

Em seguida, ele examina o pensamento de Jean-Jacques Rousseau, que sustenta que o homem nasce frágil, carente e estúpido e que depende da educação para adquirir o que precisa para se tornar de fato um homem adulto. O filósofo também entende que as ciências e as artes não se originaram das virtudes humanas, mas, ao contrário, de seus vícios e, por isso mesmo, ele não admite um estado puro de natureza. O filósofo é também autor do *Contrato social*, onde ele distingue a “vontade de todos”, que é individual, e a “vontade geral”, que visa o bem de todos e deve prevalecer nas democracias modernas. Por isso, “só existem direito e moralidade lá onde existem leis e regras a serem seguidas por todos”.

O último capítulo apresenta a *Aufklärung*, ou seja, a ilustração alemã, na figura dos pensadores: Christian Wolff, Alexander Gottlieb Baumgarten e Gotthold Ephraim Lessing. Em seguida, continuando a explorar a mesma corrente de pensamento, o autor analisa as filosofias de Johann Gottfried Herder, Moses Mendelssohn e Johann Georg Hamann.

O último filósofo a ser examinado nesta obra é Immanuel Kant, cuja explanação se desenvolve em três divisões: 01. A vida e a obra de Kant; 02. A epistemologia, a

metafísica e a moral; 03. A concepção kantiana da religião. O autor inicia suas análises dos escritos kantianos pela obra: *Crítica da razão pura*, onde Kant apresenta o desenvolvimento da “teoria transcendente do conhecimento que se dá pela síntese a priori de uma matéria, recebida pelo sujeito cognoscente, a partir do mundo da sensibilidade”. O conhecimento, segundo Kant, só pode estender-se até aonde vai a experiência, ou seja, até o fenômeno. O que subjaz ao fenômeno, isto é, a *coisa em si*, permanece incognoscível. Além de analisar as principais ideias e os conceitos fundamentais do filósofo, Almeida discorre sobre as três perguntas que o filósofo lançara mais ou menos no final da *Crítica da razão pura*: 01. O que posso saber? 02. O que devo fazer? 03. O que me é permitido esperar? A primeira pergunta é puramente especulativa, a segunda é puramente prática, ao passo que a terceira é simultaneamente prática e teórica. A primeira diz respeito à metafísica, a segunda concerne à moral e a terceira tange propriamente à religião.

Em resumo, a *História da filosofia moderna* apresenta um panorama que abrange os conceitos centrais da filosofia dos séculos XVII-XVIII de forma clara e bem estruturada. Por este motivo, o livro pode contribuir para pesquisadores que queiram entender a filosofia desse período como um todo. Ajunte-se a isso que as divisões introduzidas pelo autor foram feitas de forma didática e acessível, facilitando assim a compreensão do leitor, independentemente do fato de ele pertencer, ou não, à área de filosofia. Consequentemente, o livro é recomendado não somente para professores e estudantes da filosofia e das ciências humanas em geral, mas também para todos aqueles que se interessam pelo conhecimento do ser humano e de suas ideias.

*Júlia Cabral Rinaldi*¹

¹ Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas). Email: juu.rinaldi@hotmail.com

CORDEIRO, Jaime. *Escrevendo sobre universidade, campo educacional e história da educação*. 1.ed. – Curitiba: Brazil Publishing, 2020, 198 p.

Jaime Francisco Parreira Cordeiro é autor do livro *Escrevendo sobre universidade, campo educacional e história da educação*. Graduado em História pela Universidade de São Paulo, possui título de mestre e de doutor em educação pela mesma universidade. Desde 2001 é professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo nas disciplinas de didática e educação comparada, onde também atua na pós-graduação, desenvolvendo e orientando pesquisas nas áreas de didática, história da educação e relações entre mídia e educação.

O livro em questão contribui para a reflexão sobre as relações pedagógicas no ensino superior, analisa o desenho e a organização do campo educacional brasileiro, traz questões pertinentes à história da educação como componente curricular e campo de pesquisa, e por fim tece uma síntese do processo de escolarização de massas. Publicado em 2020, o escrito é um compilado de textos produzidos por Cordeiro no período compreendido entre os anos 1990 e 2000. O livro, de 198 páginas, está estruturado em 3 partes. A primeira parte, que tem como título *A universidade*, é composta de dois capítulos escritos na primeira pessoa; a segunda parte, *Estudos sobre o campo educacional brasileiro*, possui 3 capítulos e a terceira e última parte, intitulada *A história da educação no Brasil*, compreende quatro capítulos.

Na primeira parte, Cordeiro faz uma análise da iniciação na vida universitária. No primeiro capítulo, intitulado *A iniciação na vida universitária: entre o eu, o outro e o saber, e de novo ao eu*, o historiador relata a sua experiência na condição de estudante universitário. Em 1978, aos 18 anos, em meio à ditadura militar, rememora o ingresso no ensino superior e destaca que estava em um lugar privilegiado que lhe permitia ir além das fronteiras do mundo. Contudo, logo percebeu que fora da universidade tudo era interdito devido ao regime militar do país da época e, mesmo sabendo da importância do engajamento político e dos movimentos em prol da democracia, não se engajou na militância política para dedicar-se aos estudos, pois percebeu a necessidade de intensificar o trabalho intelectual para superar as inúmeras dificuldades, fruto da defasagem escolar da etapa estudantil anterior. Frente a um grande desconforto, mudou de curso, migrou do curso de jornalismo para o de licenciatura em história que o conduziu à vida docente.

A postura que antes era de afastamento dos discentes em prol de um padrão de excelência deu lugar a caminhos alternativos que viabilizaram ferramentas pedagógicas capazes de amenizar a precariedade das habilidades e competências que se espera de estudantes universitários. Assim como ele, os jovens chegavam ao ensino superior com defasagens acadêmicas. Cordeiro enfatiza a necessidade de tornar as aulas mais alegres, na medida em que proporciona a redução das angústias da vida acadêmica e torna possível vislumbrar alegria fora e no ambiente acadêmico. Recorreu então aos escritos de Marguerite Yourcenar para concluir o primeiro capítulo, destacando os três caminhos possíveis em busca dessa alegria: 1) O estudo de si, 2) A observação dos homens e 3) Os livros.

O capítulo 2, intitulado *Especificidades da relação pedagógica: relações professor-estudante, estudante-estudante, universidade-professor-estudante*, contempla uma temática que já é íntima ao autor em sua obra *Didática* (2007). Enfatiza a importância da relação pedagógica, compreendendo a interação entre professor, alunos e o conhecimento como elemento crucial para atingir uma determinada finalidade. Destaca a complexidade envolvida no processo de aprendizagem, bem como na constituição do “sujeito-estudante”, concepções importantes para a reflexão sobre o perfil do aluno universitário ingresso no ensino superior. Ressalta que a obrigatoriedade da educação básica conduziu um número expressivo de alunos ao ensino médio, culminando na expansão do acesso ao ensino superior por jovens advindos do ensino público sem o perfil acadêmico necessário para a vida universitária. Conclui a primeira parte expondo ser imperativo que docentes e instituições repensem a forma como recebem os jovens e ressalta que os próprios alunos expressam essa necessidade já que estão engajados em aprender saberes para o futuro exercício profissional.

O estudo sobre o campo educacional brasileiro é tema da segunda parte do escrito. O capítulo 3, intitulado *O desenho do campo educacional brasileiro: relações de afinidade, mobilização dos agentes e circulação de referências nas revistas especializadas*, busca esclarecer quem são os agentes mobilizadores em torno da legitimidade do campo educacional científico, bem como suas relações práticas com as questões educacionais. Destaca que a criação dos programas de pós-graduação em educação em 1970 estabelece a estrutura e organização do campo. Docentes e pesquisadores universitários são os protagonistas na produção e debate de questões desta área. Expõe que a consolidação do campo ocorre somente a partir de 1990 e analisa as publicações de três revistas

pedagógicas: *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), *Educação e Sociedade* (CEDES) e a revista *Ande* (Associação Nacional da Educação).

O novo e o tradicional na educação brasileira (anos 70 e 80): um estudo sobre o discurso pedagógico a partir da imprensa especializada é o título do capítulo 4, que analisa o discurso pedagógico a partir da imprensa especializada nos anos de 1970 e 1980. Salienta a divisão teórica educacional apresentando apenas duas modalidades de ensino, o tradicional rotulado como negativo e o movimento da Escola Nova que representava uma mudança no sistema educacional capaz de proporcionar a melhoria da escola. Tanto o discurso veiculado nas revistas estudadas, como as publicações da imprensa especializada expressavam a realidade múltipla de contestação política e educacional imposta pelo governo ditatorial.

A reforma universitária de 1968 afetou diretamente a organização dos mais importantes programas de pós-graduação de todo o país, incidindo em importantes pontos de inflexões nas práticas discursivas dos periódicos analisados. Contudo, a modernização pedagógica tão almejada só seria viabilizada por meio de intervenção na realidade escolar. Emergem assim artigos baseados nas teorias críticas que se tornaram base para métodos alternativos conhecidos como crítico-social e pedagogia histórico-crítica, como terminaram se consolidando até os dias de hoje. Cordeiro finaliza a segunda parte do escrito mostrando que as publicações nas três revistas, levando em conta as ideias de Snyders, vislumbravam mudanças contra o reprodutivismo. A perspectiva gramsciana aproximou as propostas de George Snyders da teoria pedagógica histórico-crítica, destacando que as propostas teóricas passaram a influenciar as práticas pedagógicas, orientando os professores em suas ações no cotidiano escolar.

O capítulo 5, o último da segunda parte, tem como título: *Um percurso pelas ideias de pesquisa e de educação de José Mário Pires Azanha*. Cordeiro destaca que Azanha não tinha a pretensão de originalidade quanto ao que estudava. Crítico reativo de pesquisadores e de pesquisas acadêmicas brasileiras, permaneceu como figura deslocada por debater aportes teóricos, problemas epistemológicos e metodológicos.

Na terceira e última parte, Cordeiro apresenta a história da educação como objeto de trabalho do historiador, a instituição da Disciplina de História da Educação e sua legitimação no campo científico. Analisa o contexto político como a Instituição da República e a democracia brasileira, também reflete sobre as reformas do sistema educacional e por fim analisa a universalização do ensino.

O sexto capítulo é intitulado: *A história da educação: objeto do historiador não se reduz a um balanço historiográfico*. A análise se pauta sobre as produções mais relevantes a fim de chamar a atenção de historiadores para os elementos educacionais. Cordeiro destaca que as produções acadêmicas voltadas para a história da educação brasileira expõem a importância de compreender as várias dimensões históricas da educação. Ao analisar quatro escritos, ele infere que não há referências à educação ou à cultura brasileira e que estes se concentram nos aspectos econômicos, político-sociais e ideológicos. A instituição da disciplina de história da educação estava situada nas chamadas “ciências da educação” com o objetivo de contribuir com a formação de professores. Tardamente a história da educação firmou-se como campo de pesquisa acadêmica. A disciplina de história da educação surge com a criação das escolas normais na Europa. Nos cursos de formação de professores, a disciplina era a base da tradição e dos bons exemplos pautados nos educadores do passado. Cordeiro termina o capítulo ressaltando que as disciplinas de história da educação e a de história geral apresentam pontos em comum: objeto, métodos, procedimentos, técnicas de ensino etc. A habilitação para lecionar a disciplina de história da educação no curso de formação de professores do ensino médio era concedida somente aos licenciados em pedagogia, elemento que evidencia o distanciamento entre essas áreas. Explicita também que as discussões sobre a renovação dos aspectos comuns do ensino de história e do ensino de história da educação ocorridas nas últimas décadas tiveram impacto somente no ensino de história geral, fato que se confirma por meio da análise de duas teses de doutorado, pioneiras na revisão e problematização da historiografia brasileira: *História da educação: processos, práticas e saberes* (1998) e *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação* (1977).

A história da educação como disciplina escolar: algumas considerações sobre o seu ensino no Brasil é tema do capítulo 7. Cordeiro afirma que o objetivo deste capítulo é o de registro de uma época, dado que o texto foi produzido há mais de 20 anos. O autor retoma questões apresentadas no capítulo anterior, como a obrigatoriedade do título em pedagogia para lecionar a disciplina de história da educação no curso de formação de professores, bem como a demora do campo da história da educação em assimilar as mudanças na produção historiográfica que vinham sendo produzidas desde 1970. O capítulo traz elementos analíticos sobre a produção de manuais e livros didáticos de história, que expõem aspectos comuns, e apresenta implicações do uso destes materiais no ensino de história geral e de história da educação. Isso posto, salienta, resumidamente, alguns aspectos relevantes e ainda atuais: o discurso abarcando toda a história, a

reprodução histórica estereotipada, a supressão de conflitos e lutas populares, e a redução da complexidade histórica.

O mercado editorial ligado a esta área fez destas produções obras que reduziram o conhecimento significativamente, suprimindo divergências presentes na bibliografia especializada e reduzindo a complexidade do saber histórico. Ele infere que os conteúdos são sintéticos e cumprem o papel do manual ou livro didático como único material de leitura legítimo. O capítulo é concluído com considerações de Clarice Nunes, que destaca a função de doutrinação com forte influência religiosa, apesar do movimento de secularização implantada pelo regime republicano. A narrativa cronológica da constituição da história da educação se apresenta como um efeito de continuidade, sem distinguir a história da civilização do país e da educação. Os indicadores econômicos e políticos são desenvolvidos de forma interpretativa. Finaliza lembrando que os manuais e livros didáticos não dão espaço para o contraditório, para a análise crítica ou a renovação destes materiais. É, pois, necessário que historiadores profissionais da educação brasileira se atentem à demanda de docentes e discentes dos cursos de formação de profissionais para que seja possível reorganizar as temáticas mais significativas.

No oitavo e último capítulo do livro, intitulado *A universalização do ensino no Brasil: idas e vindas de uma história*, Cordeiro apresenta uma síntese acerca da trajetória histórica brasileira no período republicano e a instituição das reformas ocorridas no sistema educacional que culminaram na escolarização de massas. Destaca que o movimento de ampliação do acesso à educação se iniciou na Europa e na América, e simultaneamente no Brasil. As similaridades do processo têm peculiaridades no caso brasileiro em virtude do contexto político, cultural e geográfico, Cordeiro faz uma análise histórica dos séculos XIX e XX e chega à conclusão de que até meados do século XX a heterogeneidade dos sistemas estaduais e a ausência de uma direção central marcam a falta de coerência de ações locais e nacionais, mesmo após atos legislativos propondo mais homogeneização. Este problema perdura até hoje. A obra de Azevedo (1958) contribui para conclusão deste capítulo, identificando os principais marcos de periodização da história brasileira nas últimas décadas do século XX.

O escrito de Jaime Cordeiro traz grandes contribuições para a reflexão acerca da legitimação do campo educacional, tece críticas sobre a restrição que os intelectuais enfrentam ao vislumbrar ter seus escritos publicados em periódicos de grande circulação e legitimados pelo sistema Qualis/Capes e ressalta a necessidade de reavaliar os parâmetros utilizados nos processos de avaliação da agência.

Outro aspecto significativo diz respeito aos livros e manuais didáticos. Há de se destacar que a análise feita há mais de vinte anos sobre estas produções permanece atual, sendo imperativo que estes tipos de escritos não sejam tidos como únicos referenciais teóricos das disciplinas de história e de história da educação. Devem-se também ampliar os conteúdos, sem suprimir conflitos e lutas historicamente imprescindíveis para a compreensão do contexto histórico, político e social em que vivemos atualmente.

Por fim, a crítica feita à forma como as instituições e docentes de nível superior recebem jovens advindos de camadas vulneráveis deve ser considerada. Para além da busca pela diminuição da desigualdade social, a relação entre alunos e professores no ensino superior precisa estreitar-se e possibilitar vínculos próximos, permanentes e profundos, como normalmente ocorre na educação básica, guardadas as singularidades da vida universitária.

O livro é de fácil entendimento, bem escrito e bem organizado. Ele se destina a estudantes e professores de todos os campos do conhecimento, dada a necessidade de se compreenderem os movimentos e as forças na busca por publicação de artigos e na compreensão das disputadas estabelecidas no campo.

Renata de Souza Pires¹

¹ Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas). E-mail: renataspires@gmail.com